



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

PA Nº 5211/2013

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 14 de dezembro de 2017, às 14h15, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Platon Teixeira de Azevedo Filho, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente, Paulo Sérgio Pimenta, a Excelentíssima Juíza Wanda Lúcia Ramos da Silva, representando o Diretor da Escola Judicial e os servidores Ricardo Werbster P. de Lucena - Diretor-Geral, Marco Antônio Marques de Matos - Secretaria-Geral da Presidência, Geisa Azevedo Carlos Campelo - Secretária-Executiva da Secretaria-Geral Judiciária, Maria José de Lourdes - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira - Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Regina Kátia Guimarães Prudente Silva – Chefe de Serviço da Secretaria de Orçamento e Finanças, Cássia Maria Sebba Kafuri, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Maisa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, Hugo da Silva da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Elmo César Coevas Loubet - Diretor da Secretaria de Recursos de Revista, Marcos Balduino de Oliveira – Diretor da Secretaria de Controle Interno, Wilane Carlos da Silva - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Thiago Domiciano de Almeida – Assessor do Gabinete da Vice-Presidência, Márcia Divina Bueno Rosa - Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, Murilo de Barros Carneiro – Diretor da Secretaria de Gerenciamento do Pje, Robnaldo José Santos Alves - Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Flávia Ramos Queiroz Oliveira - Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Rafael Ramos Tavares – Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus da Divisão de Estatística e Pesquisa e Teófilo Rodrigues Barbalho – servidor da Divisão de Estatística e Pesquisa, reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2017. A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, cumprimentou os presentes, contextualizou a respeito da Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra para o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Platon Teixeira de Azevedo Filho, que abriu a reunião dando boas vindas a todos e, em seguida, solicitou que se iniciasse o cumprimento dos itens constantes da pauta.

A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica discorreu acerca da premiação do TRT 18 no Selo Justiça em Números na categoria Diamante e convidou o Excelentíssimo Desembargador Presidente, Platon Teixeira de Azevedo Filho, para a entrega dos certificados aos gestores. Logo em seguida, a Diretora informou que a matriz SWOT foi

compilada e validada pelo Dr. Platon e Dr. Paulo, estando, pois, devidamente atualizada.

Em seguida, os servidores responsáveis pelas unidades relacionadas aos indicadores da área meio apresentaram os resultados, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados estatísticos.

Coeficiente de acessibilidade à jurisdição

A servidora Geisa, representante do Secretário-Geral Judiciário, apresentou o resultado do indicador, qual seja: 29,9 Km. Ressaltou que o resultado ficou abaixo da meta em razão da não instalação da Vara do Trabalho de Palmeiras. O Diretor-Geral, Ricardo Lucena, informou, por oportuno, que deu a ordem de serviço de reforma para a instalação da Vara do Trabalho de Palmeiras. Que no final de março já será possível inaugurar a unidade judiciária. Em seguida, a servidora sugeriu a meta de 28,10 km para os próximos anos (2018 a 2020), o que ficou aprovado.

Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços

A servidora Maísa, diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, apresentou o resultado parcial até 05 de dezembro (em dias) do quarto trimestre do ano (setembro-dezembro) das modalidades 'pregão', 'tomada de preços' e 'dispensa' e 'inexigibilidade', respectivamente: 94, 77, 17 e 38. Ainda, informou os índices do primeiro trimestre (35%), do segundo trimestre (85,71%), do terceiro trimestre (88%) e a parcial do quarto trimestre (76,92%). Que o índice acumulado é de 71,40%, sendo que a meta é 60%. Deliberou-se pela alteração da meta para 70% em 2018.

Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados

O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos, apresentou, por meio de gráficos, os resultados do indicador: 16 dias (primeiro trimestre), 10 dias (segundo trimestre), 6 dias (terceiro trimestre) e 5 dias (parcial do quarto trimestre). Que a média apresentada é de 10 dias. Após, propôs redução da meta para 22 dias (2018), 21 dias (2019) e 20 dias (2020), o que ficou aprovado.

Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo

Taxa de pleitos solucionados

iGovPessoas

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Flávia Valeska, discorreu sobre os resultados dos indicadores de sua unidade. Inicialmente, apresentou o resultado do indicador 'Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo': 52,06% (primeiro trimestre), 66,91% (segundo trimestre),

71,58% (terceiro trimestre) e 70,26% (parcial do quarto trimestre). Propôs alterar a meta de 2018 para 70%, o que foi aprovado. Demonstrou que o tempo médio de duração dos PA's em 2016 foi de 30d21h50m, enquanto que em 2017 foi de 12d37m. Em seguida, falou sobre o desempenho do indicador 'Taxa de pleitos solucionados': 60,49% (primeiro trimestre), 83,32% (segundo trimestre), 94,53% (terceiro trimestre) e 92,69% (parcial do quarto trimestre). Propôs alterar a meta de 2018 para 92%, o que foi aprovado. Quanto ao indicador iGovPessoas, expôs o resultado de 2016 (49,67%), ressaltando que a média dos Tribunais foi 45,80 e, ainda, fez um comparativo com o ano de 2013. Ressaltou que mudamos de faixa, passando de 'inicial' para 'intermediária'. Apresentou as ações que estão sendo realizadas para melhorar o indicador. Quanto ao item 'Monitoramento de indicadores relevantes sobre força de trabalho', o servidor Marcelo Marques ressaltou que o mapeamento global de desempenho será fundamental. Mas deliberou-se por aguardar este mapeamento ser implantado. Quanto ao item 'Execução de ações educacionais específicas para novos colaboradores', o Vice-Presidente enfatizou que é importante os novos servidores terem uma visão global do processo do trabalho, sendo relevante dar esse treinamento. Sugeriu partir da experiência de outros tribunais. A magistrada Wanda Lúcia informou que existe um projeto de Escola Itinerante que visa a formação continuada dos servidores e magistrados das Varas do Trabalho do interior. Por fim, a diretora da SGPe disse que levará as ações apresentadas para o Comitê Gestor Local de Pessoas priorizá-las.

Índice de execução do orçamento disponibilizado

A Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage Ferreira, disse que, até novembro, foi executado 48,69% e que deveria estar em 55,58%. Que o principal fator do não cumprimento da meta é a não execução dos valores alocados no projeto "Construção Complexo Trabalhista do TRT 18ª Região em Goiânia-GO".

Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência

Quantidade de novas edificações concluídas

Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas

A Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Cássia Maria, mostrou os dados dos indicadores relacionados a sua unidade, tendo primeiramente apresentado o resultado do 'Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência', qual seja, 86,72%. Noticiou que os elevadores que estão com acessibilidade não foram considerados no resultado apresentado, porque ainda não está finalizado, mas que isso acontecerá ainda este ano. Quanto a 'Quantidade de novas edificações concluídas' apresentou o resultado: 1 (Goianésia), tendo sugerido para o próximo ano a meta de 2, o que ficou aprovado. O resultado da 'Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas' foi de 5 (Mineiros, Rio Verde, Formosa, Valparaíso e Luziânia), tendo sugerido para o próximo ano a meta de 4, o que ficou

aprovado.

iGovTI

iGovTIC-JUD

Em relação ao iGovTI, o servidor Robnaldo José Santos Alves, chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, esclareceu que em 2016, passamos do nível 'básico' para o 'intermediário', com 64%. Fez uma comparação entre as notas obtidas em cada dimensão avaliada, demonstrando que houve uma evolução no período (2014/2016) na nota obtida em todas as dimensões avaliadas, exceto na dimensão 'Pessoas', onde houve um decréscimo de 0,03 pontos (0,49 para 0,46), pela ausência de estrutura e força de trabalho, a gestão por competência em caráter inicial e outros itens relevantes. Em seguida, quanto ao iGovTIC-JUD, o servidor ressaltou que estrutura, modelo de governança e comprometimento da STI resultou no índice aprimorado. O servidor Robnaldo sugeriu que a meta de 2020 seja 'aprimorado', sendo que necessitaríamos de investimento para alcançar o nível 'excelência'. Após, o Vice-Presidente propôs as metas para: 2018 - 0,80 (aprimorado), 2019 - 0,85 (aprimorado) e 2020 – 0,90 (excelência), o que ficou decidido. O Vice-Presidente pontuou que é preciso analisar o custo-benefício de tal investimento, sendo uma decisão da gestão. Por fim, deliberou-se que na próxima RAE de TIC, o servidor Robnaldo apresentará um plano de ação para atingimento das metas aprovadas.

Quanto aos indicadores da área-fim, o servidor Wilane, Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, apresentou os resultados até novembro do corrente ano, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados estatísticos.

Índice de processos julgados (Meta 1 CNJ)

Relatou que, até o mês de novembro, o índice foi de 104%. Que no 1º grau o índice foi de 107% e no 2º grau foi de 99%.

Índice de processos antigos julgados (Meta 2 CNJ)

Após, tratou do desempenho da meta nacional 2, destacando o índice, até novembro, de 97%, sendo que no 1º grau foi de 97% e no 2º grau foi de 93%.

Índice de conciliação – fase de conhecimento (Meta 3 CNJ)

Quanto ao “Índice de conciliação – fase de conhecimento”, disse que foi de 51%, até novembro. Dr. Paulo Pimenta noticiou que em 2018 a cláusula de barreira aprovada foi de 48%, sendo provável que nosso Tribunal cumpra a meta.

Índice de execução (Meta 5 CNJ)

Na sequência, comunicou que o “Índice de Execução”, até novembro, foi de 84%.

Índice de ações coletivas julgadas (Meta 6 CNJ)

Falou, também, que o “Índice de ações coletivas julgadas” foi de 97,73% no 1º grau. Sendo que a meta é de 98%. Que no dia 04/12/2017 foi julgado um processo, melhorando o índice para 98,29% e acarretando no alcance da meta. Que no 2º grau a meta está cumprida (100%), ou seja, todas as ações foram julgadas.

Índice de redução do acervo dos maiores litigantes (Meta 7 CNJ)

Em seguida, expôs que o índice, até novembro, da meta nacional 7 foi de 101%, sendo 114%, no 1º grau e 52%, no 2º grau.

Tempo médio de duração do processo – 1ª Instância – fase de conhecimento (Meta específica da JT)

Registrou que, até novembro, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 148 dias, no 1º grau.

Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância (Meta específica da JT)

Depois, finalizou informando que, até novembro, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 202 dias, no 2º grau.

Ato contínuo, a diretora da SGE, Maria de Lourdes, noticiou o projeto Sistema Integrado de Gerenciamento, o qual está sendo desenvolvido em parceria com a STI. Informou que todos os dados estatísticos ficarão reunidos num único sistema (SIG). Após, o servidor Wilane esclareceu que recentemente foi adquirida a ferramenta da Microsoft, que contemplará os dados estatísticos de todas as unidades do Tribunal. Apresentou o sistema, demonstrando as funções que ele oferece, como gráficos, relatórios e outros. Ainda, mostrou, a título de exemplo, os dados de produção dos oficiais de justiça, detalhando o que pode ser visto quanto a tais dados, como número de mandados cumpridos no prazo e cumpridos fora do prazo. Noticiou que os dados poderão ser acessados também pelo celular. Em seguida, o Dr. Paulo Pimenta informou que o TRT da 9ª Região tem um sistema (E-Gestor) que concentra todas as informações relevantes para uma Vara do Trabalho em uma única tela, tendo o diretor da STI esclarecido que o SIG também permite isso.

Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, oportunidade em que disse que o nosso desafio é cumprir todas as metas para o próximo ano e que a reforma trabalhista poderá contribuir para o atingimento delas. O Vice-Presidente observou que estamos melhorando nossos números a cada ano. Deu-se

por encerrada a reunião às 16h12. Eu, Wanice Cabral Quixabeira, Chefe da Seção de Planejamento da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que, a seguir, foi assinada eletronicamente pelos magistrados e servidores presentes.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

MÁRCIA DIVINA BUENO ROSA

COORDENAD CJ-02

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

FLÁVIA VALESKA DE OLIVEIRA COSTA

DIR DE SECRET-CJ-3

MARCO ANTONIO MARQUES DE MATOS

ASS DA PRESID CJ-2

MAÍSA BUENO MACHADO

DIR DE SECRET-CJ-3

SUZANA LAGE FERREIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

REGINA KÁTIA GUIMARÃES PRUDENTE SILVA

CHEFE DE SERV. FC-5

HUGO DA SILVA DA SILVA

DIR DE SECRET-CJ-3

ELMO CÉSAR COEVAS LOUBET

DIR DE SECRET-CJ-3

GEISA AZEVEDO CARLOS CAMPELO

SECRET EXEC CJ-1

MARIA JOSÉ DE LOURDES

DIR DE SECRET-CJ-3

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

DES. FEDERAL DO TRABALHO

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIR DE SECRET-CJ-3

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

CÁSSIA MARIA SEBBA KAFURI

DIR DE SECRET-CJ-3

FLÁVIA RAMOS QUEIROZ OLIVEIRA

ASSIST DE SEC FC-5

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

ASSESSOR CJ-3

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

CHEFE DE NÚCLEO FC-6

WANDA LUCIA RAMOS DA SILVA

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3

RAFAEL RAMOS TAVARES

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

WILANE CARLOS DA SILVA MASSARANI

DIR DIV CJ-01

TEÓFILO RODRIGUES BARBALHO

TECNICO JUDICIARIO

Goiânia, 18 de janeiro de 2018.